

Um dos temas educacionais mais desafiadores na atualidade é a política nacional de educação inclusiva e sua efetivação nos diferentes contextos escolares. Com vistas a participar do debate, a Revista Teoria e Prática da Educação lançou uma chamada para um número especial voltado para a Educação Especial. A ela atenderam pesquisadores de diferentes estados e o resultado do processo de avaliação por pares especialistas na área é um conjunto de artigos que aborda diferentes aspectos da temática, desde a inclusão de modo geral e nas diferentes etapas de ensino, enfoques teóricos, até questões mais específicas como avaliação e práticas pedagógicas com alunos com deficiência intelectual, surdez, cegueira ou baixa visão e altas habilidades/superdotação.

Abrimos este número especial com o artigo Formação continuada na perspectiva inclusiva: a relação entre professores do AEE e da sala comum, de Juliana Nascimento de Alcântara, Rosana Carla do Nascimento Givigi, Solano Sávio Figueiredo Dourado, Raquel Souza Silva e Vera Lúcia de Oliveira Ralin. Nele os autores apresentam um estudo realizado com o objetivo de compreender os efeitos da pesquisa-ação colaborativo-crítica junto a um grupo de formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. São analisados os discursos emergentes de professores da sala comum e do atendimento educacional especializado e suas repercussões para o processo inclusivo.

Ainda na temática formação de professores, o artigo Educação especial e formação docente: experiências no PIBID do Curso de Pedagogia/EAD da UFMS, de Nesdete Mesquita Corrêa e Raquel Elizabeth Saes Quiles, discute os resultados de uma experiência do Programa de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Com enfoque nos conteúdos de Educação Especial trabalhados, o texto demonstra a importância da formação continuada dos professores no sentido de proporcionar-lhes refletir sobre a necessidade de mudanças de paradigmas e de posturas profissionais com vistas a práticas pedagógicas inclusivas.

Em Política nacional de educação inclusiva: um estudo sobre sua efetivação nas cinco regiões brasileiras, Cristina Cerezuola e Nerli Nonato Ribeiro Mori discutem os resultados de estudos realizadas no âmbito do Observatório da Educação (OBEDUC) com vistas a investigar a efetivação da política nacional da educação inclusiva, com enfoque na estrutura e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais.

No artigo Políticas de acesso e permanência para estudantes surdos ao ensino superior, Laura Ceretta Moreira, Noemi Nascimento Ansay e Sueli Fátima Fernandes, discorrem sobre os resultados alcançados dos em pesquisa realizada para investigar a trajetória de estudantes surdos matriculados em uma universidade pública federal. As autoras demonstram como os dispositivos legais e o trabalho de setores específicos para o acesso e permanência, associados ao protagonismo dos estudantes surdos, são fatores determinantes para a efetivação do processo inclusivo.

O artigo A avaliação e o encaminhamento de alunos para o atendimento educacional especializado na produção científica, de Silvia Iris Afonso Lopes Semkiv e Jáima Pinheiro de Oliveira, versa sobre revisão integrativa realizada com o intuito de verificar como são abordados a avaliação e o encaminhamento de alunos com necessidades educacionais na produção científica brasileira. Conforme as autoras os resultados indicam a necessidade de ampliar as discussões sobre avaliação e encaminhamento para o atendimento educacional especializado, bem como a necessidade de discussão sobre a formação inicial e continuada para atuar nesse contexto educacional.

A avaliação das necessidades específicas e educacionais de crianças indígenas com deficiência da terra indígena Dourados-MS, de João Henrique da Silva e Marilda Moraes Garcia Bruno, versa sobre uma proposta de trabalho desenvolvida por meio de pesquisa colaborativa em conjunto com dois professores indígenas e dois não indígenas. Situado na interface educação especial e educação escolar indígena, o estudo discute alternativas para a avaliação de necessidades específicas e educacionais de alunos indígenas com deficiência.

Celi Correa Neres, Eliane Greice Davanço Nogueira e Fernando Fidelis Ribeiro, no artigo O atendimento educacional especializado de estudantes com altas habilidades/superdotação diante do mestre

ignorante, analisam o ao trabalho desenvolvido em uma sala de enriquecimento curricular de ciências da natureza que atende alunos com altas habilidades/superdotação. Pautados na análise de depoimentos escritos dos alunos, os pesquisadores buscam compreender as experiências vividas pelos discentes e a ações docentes no sentido de contemplar a diversidade.

Em A apropriação de conceitos científicos em histórias em quadrinhos com jovens e adultos com deficiência intelectual, Elsa Midori Shimazaki, Viviane Gislaine Caetano Auada e Renilson José Menegassi discutem o processo de apropriação de conceitos científicos de alunos com deficiência intelectual com base em dados colhidos em uma prática de letramento com o gênero textual História em Quadrinhos. Os autores demonstram a importância da mediação do professor e das adaptações às necessidades educacionais da turma para a ampliação e aquisição dos conceitos.

No artigo A utilização de recursos didáticos manipuláveis na educação de alunos cegos e de baixa visão no contexto matemático, Josiel de Oliveira Batista, Patrick Batista Miranda e Luciane Ferreira Mocrosky analisam como alunos aprendem conteúdos matemáticos com o auxílio de recursos didáticos manipuláveis. Os autores ressaltam a necessidade de promover formação básica e continuada para os profissionais que atuam na área, visto a especificidade dos conhecimentos e atividades a serem trabalhados.

Etnomatemática da Cultura Surda: um enfoque a partir dos Estudos Culturais, de Valdir Damázio Júnior e Luciane Mulazani dos Santos discute, sob a perspectiva dos Estudos Culturais, a educação matemática de surdos. Os autores defendem que os surdos possuem uma etnomatemática própria e, por isso, a importância do diálogo multicultural.

No artigo O ensino superior nas vozes de estudantes com deficiência que frequentam o ensino técnico, Denise Rengel e Sônia Maria Ribeiro apresentam uma investigação sobre a percepção de estudantes com deficiência matriculados em um curso técnico profissionalizante em relação ao seu ingresso no ensino superior. Os dados colhidos indicam a prevalência dos aspectos familiares e a trajetória escolar como determinantes para as expectativas dos alunos.

Encerramos este número com o artigo O programa “Benefício de Prestação Continuada na Escola” e os imperativos da inclusão produtiva: apontamentos, de Reginaldo Célio Sobrinho, Mônica Isabel Carleti Cunha Corrêa e Edson Pantaleão. No presente texto os autores recorrem à análise documental para investigar o papel do Benefício de Prestação Continuada no acesso e permanência de alunos com deficiência a uma educação de qualidade. Para os pesquisadores o programa deve estar vinculado à defesa dos direitos à educação básica e à apropriação de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Finalizamos o editorial agradecendo aos autores que confiaram seus textos à revista; aos pareceristas, que doaram tempo e conhecimento analisando os textos; aos servidores da Editora da Universidade Estadual de Maringá, pelas orientações e apoio. Agradecemos ainda à editora da Revista de Teoria e Prática da Educação pela abertura para esse número especial, contribuindo assim para a divulgação de pesquisas na área de Educação Especial. A todos, muito obrigada.

A você leitor, nossos cumprimentos e o desejo de uma boa leitura.

Nerli Nonato Ribeiro Mori
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil